TRIBUNA PARLAMENTAR

INFORMATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – ANO I – Nº 2 – JULHO DE 2001



Código de Ética é modelo para o Brasil

Pág 03

Assembléia Legislativa integra esforço para evitar os apagões

Sintonizada com a campanha para economizar energia, a Assembléia Legislativa (AL) adequou seus horários e está cumprindo a meta determinada pela União. Para isso, criou uma comissão de apoio e consultou os servidores.

Pág. 06

Comissões agem na defesa dos interesses de Pernambuco

A partir desta edição, serão destacados os trabalhos de duas Comissões Permanentes da AL. Começando pela de Finanças, responsável pelas leis orçamentárias, e de Saúde, que propõe rigor na fiscalização do setor de hemodiálise.

Pág. 07

Divisão de Arquivo guarda patrimônio histórico da AL

Toda a trajetória do Legislativo e documentos importantes da história de Pernambuco estão à disposição do público para consulta na Divisão de Arquivo da AL. A guarda do acervo revela o compromisso com a história.

Pág. 08

Escola do Legislativo prepara capacitação para os deputados

Depois de iniciar cursos de reciclagem para os servidores da AL, a Escola do Legislativo se prepara, em parceria com o Carl Vinson Institute of Government, *da* Geórgia *(EUA), para capacitar os parlamentares.*

Pág. 08

Negromonte trabalha para ampliar a atuação parlamentar

páginas 04 e 05

EDITORIAL

Atuação parlamentar voltada para fortalecer a unidade regional

Através da instituição parlamentar, da força da representação popular, países e regiões vêm desenvolvendo ações visando à integração e defesa de seus interesses. A busca pela mobilização dos líderes, e do conjunto da sociedade para debater e resolver os problemas econômicos e políticos resulta na ampliação do debate, na unidade dos agentes políticos, econômicos, com reflexos na integração das forças sociais e no fortalecimento das suas reivindicações.

Nesse caminho, integrantes do Legislativo na Europa, América Latina e em nosso País lutam pela formação de blocos políticos e econômicos. Assim existe o Parlamento Europeu, o Parlamento Latino e o Amazônico, por exemplo, que têm como objetivos definir estratégias de ação e atuar conjuntamente visando aos interesses comuns. Na política, na economia, as metas objetivam basicamente a defesa de medidas de alcance regional, com vantagens para todos.

Nesse campo, há urgência de unir as forças políticas do Nordeste, a sua representação popular, para revitalizar a luta por uma efetiva política de desenvolvimento regional. É importante lembrar que a criação da Sudene resultou do Congresso de Salvação do Nordeste, de 1955, que foi lançado na Assembléia Legislativa de Pernambuco e mobilizou os líderes regionais.

Na atual fase, com a estiagem castigando a região, é hora de concretizar a idéia de formação do Parlamento Nordestino e unificar a ação das Assembléias Legislativas. A ação unificada dos parlamentos, o respaldo das forças sociais seguramente provocarão mais força, eco, clamor da região por medidas de combate à seca e por políticas que tornem a economia regional menos vulnerável aos seus efeitos.

Não há dúvida de que a instituição parlamentar, por sua formação e ideais, tem maior poder de mobilização, de interação com a sociedade, assegurando uma atuação em busca da unidade e da afirmação dos interesses regionais. Através do Parlamento Nordestino, a região pode desenvolver ações, gerar mecanismos de pressão capazes de alterar a atual política de combater a seca com a velha receita de medidas emergenciais, quase sempre precárias e limitadas ao assistencialismo.

Com a atuação conjunta das Assembléias, do Parlamento Nordestino, será possível defender projetos, programas voltados para a geração de emprego, renda, de combate à pobreza e ao atraso em nossa região. O Parlamento Nordestino pode ser uma organização, que nos moldes das que já existem no mundo, terá condições de ser porta-voz da sociedade, da comunidade regional, nos protestos e reivindicações para promover o desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, através da Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editor:** Pedro Marins. **Redatores:** Ana Lúcia Lins, Antônio Azevedo, Antônio Magalhães, Cláudia Lucena, Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto e Pedro Marins. **Estagiários:** Gustavo Hahnemann e Renata Rodrigues. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Roberto Soares, João Santana e Moisés Barbosa. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

Ranilson defende voto aberto

A Constituição Estadual diz no artigo 7, parágrafo 7º, que: "O voto do deputado será público, ressalvando os casos de eleição da Mesa Diretora, bem como para o preenchimento de qualquer vaga e demais casos previstos nesta Constituição". Podemos admitir até que a eleição da Mesa pudesse vir a ser por votação secreta, mas certamente a expressão "e demais casos previstos nesta Constituição" veio do enfraquecimento do Poder Legislativo.



Principalmente dentro de uma democracia que pretende ser participativa, como é o caso da nossa democracia. Não suportando pois, esse viés democrático, que é o voto secreto. A população, o eleitor, os movimentos sociais precisam e devem conhecer a forma de votar do seu representante.

Os parlamentos devem estar sob pressão externa, inclusive dos Poderes e órgãos constituídos. Pois o contraditório, a posição firme de cada Poder é que concretamente fortalecerá os poderes.

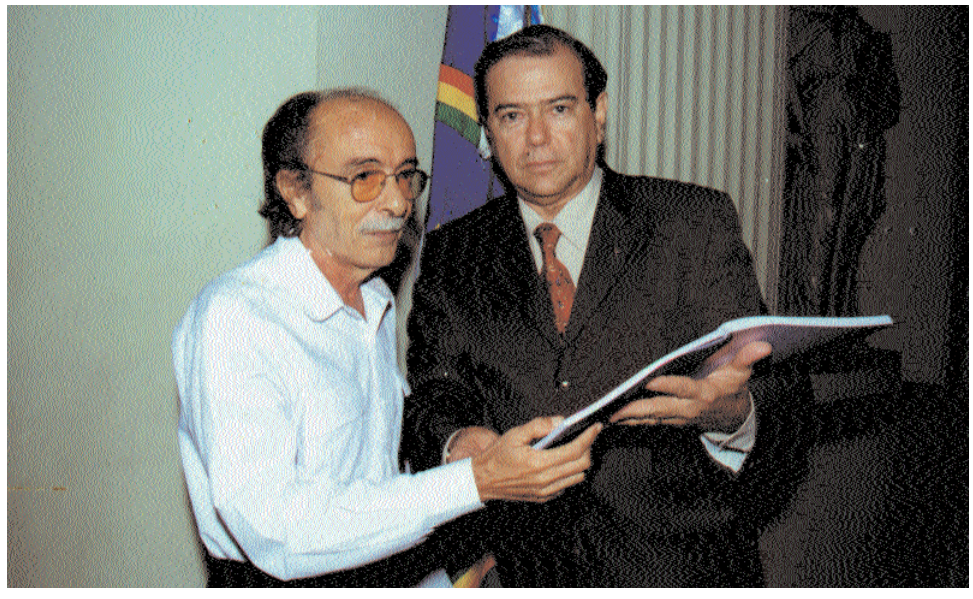
O Poder Executivo, que trabalha na perspectiva de se beneficiar do voto secreto no Poder Legislativo, não é democrático e nem merece o respeito da sociedade. O Poder Legislativo, que mantém o manto obscuro do voto secreto, não traduz a representação popular.

O voto secreto será sempre uma forma privilegiada e antiética de alguns poucos parlamentares atrasados e sem compromisso com a transparência. Assim, na direção do fortalecimento do Poder Legislativo é que determinado e persegui a aprovação da nossa Proposta de Emenda Constitucional(PEC) do voto aberto e transparente.

Ranílson Ramos é vice-líder do Bloco Parlamentar PT/PPS

** A PEC-21 de Ranilson Ramos foi aprovada em plenário no dia 27 de junho, deixando o voto secreto apenas para eleição da Mesa Diretora e para cassação de parlamentares.*

PERFIS



O presidente da AL, deputado Romário Dias, recebeu no último dia 21 de junho, do escritor e jornalista Nagib Jorge Neto, os originais do livro Elogio da Resistência, o primeiro a ficar pronto da série Parlamentares do Século XX. O livro narra a trajetória do ex-deputado Paulo Cavalcanti. Estão em fase de conclusão as biografias dos ex-deputados e ex-governadores Agamenon Magalhães, Nilo Coelho e Estácio Coimbra, escritas respectivamente pelos jornalistas José Adalberto Ribeiro,Lêda Alves e Ronildo Maia Leite. O lançamento dos quatro livros está previsto para agosto.

COMPORTAMENTO

AL dá exemplo e propõe Código de Ética

A Casa Joaquim Nabuco dá o exemplo ao propor o Código e a Comissão de Ética Parlamentar. A proposta da Mesa Diretora, considerada a mais avançada do País, assegura a plena liberdade do exercício do mandato, a defesa de suas prerrogativas e a supremacia do Plenário. Assim, fica garantida a atividade parlamentar, norteada pelos princípios da democracia, moralidade, legalidade, representatividade, compromisso social, respeito à vontade da maioria, isonomia, transparência, boa-fé e eficiência.

A proposta, que está em análise na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, é resultado de um estudo minucioso baseado nos códigos de Ética do Senado, da Câmara Federal e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Assim como o projeto que propõe mudanças no Regimento Interno da AL, a criação do Código e da Comissão Ética Parlamentar certamente vai movimentar os debates no plenário no próximo semestre.

O debate sobre a instituição do Código e da Comissão de Ética vai dominar os trabalhos do segundo semestre

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL), apresentou o projeto do Código de Ética durante o encontro da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), ocorrido no Rio de Janeiro, no mês de maio. Ele ressaltou o fato de a AL pernambucana ser a segunda do País a contar com instrumentos que vão permitir o livre exercício da cidadania parlamentar.

A proposta da Mesa Diretora da Assembléia que cria o Código de Ética é uma emenda substitutiva a dois projetos de lei (de autoria dos deputados Pedro Eurico, do PSDB, e Augusto Coutinho, do PFL) que já tramitavam na Casa. Romário Dias observa que, cada vez mais, a sociedade brasileira exige dos poderes públicos uma postura ética no exercício das atividades.

O substitutivo da Mesa Diretora incorporou aspectos importantes, como a fixação de princípios éticos norteadores da atividade parlamentar, o estabelecimento de mecanismos voltados para a transparência das atividades legislativas e o reconhecimento dos fundamentos éticos a serem observados no exercício da imunidade parlamentar.

Outra novidade é a criação da Comissão de Ética. O colegiado inclui entre os seus membros a figura do ouvidor, que, atuando como elo entre a sociedade e os deputados, será uma espécie de porta-voz dos cidadãos.



Reunião da Mesa Diretora que decidiu apresentar projeto do Código de Ética

Comissão vai zelar pela imagem da AL

Manter a unidade do Código de Ética da Assembléia Legislativa e zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo estão entre algumas das principais finalidades da Comissão de Ética Parlamentar. O colegiado também ficará responsável pela instrução de processos disciplinares que envolvam deputados, por elaborar projetos de resolução, receber e dar andamento aos pedidos de licença para processar criminalmente os parlamentares.

A Comissão de Ética também manterá intercâmbio com o Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, visando ao aprimoramento da atividade parlamentar.

O colegiado será composto por sete membros titulares e por igual número de suplentes, todos indicados e nomeados pela Mesa Diretora, para mandato de dois anos.

Ao ouvidor, que será escolhido pelos integrantes da Comissão de Ética Parlamentar, caberá receber informações e documentos relativos a condutas que possam ser interpretadas como reprováveis por parte dos deputados e analisar a divulgação de matérias sobre condutas de parlamentares que sejam lesivas a eles e à Assembléia.

CONFERÊNCIA

Deputados avaliam como positivo encontro da Unale

A representação pernambucana de 14 deputados que participou do Conferência Nacional União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), ocorrida no Rio de Janeiro, no final de maio, avaliou como muito positivo o encontro. Foram debatidos vários temas de importância para o desenvolvimento da ação parlamentar na perspectiva do fortalecimento do Legislativo e da ampliação da sua autonomia.

O presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), que foi escolhido de forma consensual para ocupar a primeira-secretaria da Unale, destacou o debate sobre ética parlamentar e a contribuição levada pela AL de Pernambuco com a proposta do Código e Comissão de Ética. "Nossa proposta foi considerada a mais moderna por ter dispositivos avançados na perspectiva de colocar limites balisadores do comportamento parlamentar", ressalta Romário.



Tejota, presidente da Unale,e Romário

O presidente da Unale, Sebastião Tejota (GO) antecipou que na pauta da instituição para este ano, destacam-se temas como o aumento da autonomia do Legislativo e a limitação do voto secreto também em nível federal. Além de Romário, a líder do governo,deputada Teresa Duere (PFL) passou a integrar a direção da Unale como membro da Secretaria de Mulheres. "Pretendemos desenvolver na Unale ações voltadas para ampliação da participação feminina nos parlamentos", lembra Duere, que juntamente com a deputada Malba Lucena (PPB) recebeu uma delegação de parlamentares dos Estados Unidos em viagem de intercâmbio legislativo, após o encontro na Unale.

ENTREVISTA

João Negromonte garante estrutura pa

Há apenas cinco meses à frente da Primeira-Secretaria da Assembléia Legislativa, o deputado João Negromonte (PMDB) está desenvolvendo um amplo plano de trabalho para garantir o funcionamento eficaz da Casa deJoaquim Nabuco, assegurando o pleno exercício dos mandatos parlamentares recebidos nas urnas. Nesta entrevista, Negromonte revela as medidas que está tomando para a AL se adequar às necessidades de racionalização dos custos, não apenas na área de energia elétrica como em outros setores. O deputado antecipa projetos para ampliar a eficiência do trabalho parlamentar, como o que prevê a informatização dos plenário com interligação aos demais setores da AL, por meio de um circuito interno de TV.

TRIBUNA PARLAMENTAR – Que balanço o senhor faz desses primeiros cinco meses da sua gestão na Primeira-Secretaria da Assembléia?

JOÃO NEGROMONTE – Estamos tentando equacionar mais as questões na Assembléia, com o objetivo de torná-la mais ágil, mais eficiente e moderna. Desejamos contribuir para a imagem de uma instituição que cumpre com os seus princípios, com suas obrigações e que vive não só em função dos deputados, mas dos funcionários e da sociedade como um todo.

TP – As medidas de racionamento de energia estão despertando para a necessidade de se economizar em outras áreas. Que medidas estão sendo tomadas pela Assembléia?

JN – Em relação à energia, sentimos que esse problema vinha preocupando e então tentamos tomar medidas de contenção de forma a contribuir não só com a Assembléia, mas com o País. Primeiro, tentamos o fornecimento através da energia solar, mas é muito caro. E antes mesmo da deflagração da crise, já tínhamos concluído a troca de todas as lâmpadas incandescentes por fluorescentes. Depois entramos num processo de adaptação para colaborar mais e consultamos, inclusive, os funcionários. Pela primeira vez na história da Assembléia, os servidores foram ouvidos.

TP – Como se deu esta consulta?

JN – Os funcionários responderam a uma pesquisa e puderam opinar sobre o horário de funcionamento da AL e a economia de energia. Nós temos trabalhado dia a dia para atingir a meta desejada. Para isso, criamos várias comissões. Cada prédio da AL tem um responsável e esse controle tem funcionado a todo vapor. Nós achamos que vamos ter uma economia em torno de 30% e com a tendência de que isso possa aumentar.

"Apenas no mês de abril a Assembléia Legislativa economizou com telefone R$ 16 mil. No mês de maio a redução foi de R$ 22 mil"

TP – O senhor tem estimativas de economia em outros setores em função dessa cultura que o racionamento está despertando?

JN – Nós temos economizado limitando o uso dos telefones em todos os setores da AL, o uso de fax, de xerox, enfim, temos posto limites em tudo, limites que são racionais e que só fazem dar uma imagem boa à Casa. Porque nós devemos viver, na realidade, com aquilo que temos, ou mesmo com o que não temos e economizar, em função do papel que desempenhamos dentro do Estado de Pernambuco. É o nosso papel, independentemente de crise e de circunstâncias que possam ou não exigir determinados comportamentos. Devemos utilizar aquilo que podemos, para que possamos funcionar na plenitude, sem exageros.



Negromonte consulta os servidores

TP – Quais os resultados já obtidos?

JN – Apenas no mês de abril, por exemplo, economizamos com telefone R$ 16 mil. No mês que passou a redução foi de R$ 22 mil. Economizamos ainda oitenta mil cópias xerox no primeiro mês (fevereiro), outras oitenta mil no segundo mês (março) e mais oitenta e cinco mil em abril. Em maio, foram setenta mil cópias a menos. Nesse setor nós utilizamos tudo de uma forma racional e objetiva, no que recomenda bem o uso do dinheiro público.

TP – Através da implantação do Programa de Gestão de Qualidade a Assembléia pretende qualificar e profissionalizar seu quadro de funcionários. A idéia é também garantir mais eficiência e menos despesas ?

JN – Nós estamos tomando uma série de medidas. Começamos a perceber assim que chegamos aqui que o próprio, funcionamento do setor de documentação, de pedidos de direitos dos servidores e outras ações funcionais não andavam. Então, fizemos um convênio com a Universidade de Pernambuco (UPE), para que pudéssemos modernizar e tornar mais ágil o Departamento de Assistência Administrativa (DAA). Os servidores têm participado do processo, que tem dois objetivos. O primeiro e fundamental é tornar os atos mais rápidos e eficientes. Conseguindo isso, nós objetivamos o certificado ISO 9000, que é um prêmio internacional pelo funcionamento pleno de determinado setor de entidades governamentais e entidades privadas. E depois vamos partir para outros setores da Casa.



Primeiro-secretário João Negromonte (PMDB) coorde

TP – A Assembléia Legislativa entrou num estágio inicial que vai levá-la a um processo de permanente atualização até conseguir a certificação ISO 9000?

JN – O processo é o seguinte: o ISO é um objetivo. Nós temos quase certeza de que vamos alcançar esse prêmio. Mas, mesmo que isso não aconteça, somente o fato de tentarmos modernizar e agilizar o funcionamento da Assembléia já é algo muito válido. E já vamos partir para outros setores. Nós temos, por exemplo, um setor de Informática que funciona bem. E vamos tentar também fazer um trabalho para a UPE ampliar a qualidade dos serviços prestados.

TP – Entre os setores que podem ter novos serviços de informática está o plenário?

JN – É, nós temos, por exemplo, um projeto de informatizar totalmente o Plenário da Casa para torná-lo mais moderno, onde os deputados tenham acesso permanente a dados que queiram no próprio local. Nós vamos também tentar modernizar o setor médico da Assembléia. Enfim, nós vamos agir onde houver a necessidade de aprimoramento, onde houver necessidade de avançarmos nós vamos fazer porque, na verdade, esse é o nosso papel aqui. Inclusive, pre-

ra exercício pleno dos mandatos na AL



a programa para melhorar a eficiência da Assembléia

tendemos ampliar a parceria com o Senado Federal para isso. Vamos a convite do primeiro-secretario do Senado, Carlos Wilson, conhecer novos serviços de informática para trazê-los para a AL.

TP – Aproveitando a rede de informática, os 49 gabinetes e os departamentos da Assembléia Legislativa podem contar com novos instrumentos de comunicação?

JN – Nós estamos com um projeto para instalação de um circuito interno de TV, interligado via computador, que deveremos colocar em prática no segundo semestre. O deputado, do seu gabinete, poderá acompanhar as reuniões no Plenário e nas comissões através da TV e, assim, se sentirá estimulado a participar mais dos trabalhos.

TP – Outra idéia também pode ser a digitalização de toda a legislação estadual para que seja possível a consulta instantânea, por exemplo, de todas as emendas constitucionais?

JN – É, pois isso é uma carência que temos. Muitas vezes ocorrem dúvidas nas sessões plenárias e não temos como saná-las com rapidez. Com toda a legislação informatizada, de qualquer computador no Plenário e de algum computador portátil, esse problema será resolvido. O mais importante é que qualquer cidadão poderá ter acesso a esse serviço, posteriormente através da internet.

TP – Além da conclusão das obras de recuperação do anexo l, que trabalhos complementares estão sendo realizados ou projetados para ampliar a atuação do legislativo?

JN – Estamos terminando as obras complementares do anexo I para podermos partir para outros setores. Temos um casarão na rua da União desativado e pretendemos que ele funcione como um local de recepção para turistas e estudantes conhecerem o funcionamento da AL. Com terminais com informações atualizadas sobre o trabalho dos deputados nas comissões e no plenário. O local vai ser reservado, todo informatizado e com pessoas preparadas, treinadas para mostrar todas as faces da Casa, inclusive seu acervo histórico que é muito rico. Você além de ter um computador para acessar, vai ter pessoas para conduzir a vários setores da Assembléia. E vamos fazer tudo o que for mais necessário para tornar a AL mais aberta ao público de Pernambuco e de fora do Estado.

TP – Qual a intenção da Assembléia Legislativa ao decidiu vender sua participação acionária da antiga Telpe e destinar os recursos na instalação de um restaurante para os servidores?

JN – Chegamos a conclusão que não valeria a pena manter a pequena quantidade de ações e vamos usar a verba de cerca de R$ 150 mil para suprir uma necessidade do funcionalismo. O restaurante será terceirizado e já no edital de licitação serão definidos critérios para assegurar a qualidade dos serviços e preços acessíveis. Esperamos contribuir para o bem estar do servidor.

TP – Como anda o relacionamento da Assembléia Legislativa com a sociedade e com os outros poderes?

JN – Está tudo bem. Temos tido todo o cuidado, cuidado absoluto na transparência e no agir para não deixar dúvida sobre o comportamento da Assembléia. É importantíssima essa convivência harmônica com o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Se destoarmos é em função da defesa da autonomia do Poder Legislativo. Mas essa postura nunca deve ser aproveitada no sentido político-eleitoral. Tem que ser uma postura de seriedade, com transparência.

"No segundo semestre vamos nos dedicar à atualização do Regimento Interno e à aprovação do Código e da Comissão de Ética"

TP – Entre as atividades da Primeira-Secretaria está garantir a infra-estrutura para assegurar o pleno exercício dos mandatos que os deputados receberam nas urnas. Esse trabalho se estenderá também às visitas ao interior?



Deputado quer AL com ISO 9000

JN – Nós temos que sair dessa fixação num lugar só e levar uma mensagem nossa pessoalmente para outros lugares. Há deputados já mobilizados para novamente levar a Assembléia para as cidades-pólos, de forma intinerante.

TP – Como estão as propostas de atualização do Regimento Interno e para a instituição do Código de Ética?

JN – Estão sendo encaminhadas. O Código de Ética está na Comissão de Justiça para ser analisado.Inclusive, recebi pedidos de outros Estados para que mandássemos a cópia do código para ser estudado e introduzido em outras Assembléias. No segundo semestre, nosso trabalho na Assembléia vai ser dedicado à modificação do Regimento Interno. Quer dizer, a atualização do RI para torná-lo mais conhecido pelo pessoal de fora e até mesmo pelos próprios deputados. Há deputados que não têm acesso ao RI, ou têm acesso, mas não tiveram tempo, nem possibilidade para se aprofundar. É importante que se dêem sugestões e que seja discutido em Plenário artigo por artigo, para que tenhamos um Regimento Interno moderno, ágil. Assim, as pessoas poderão acioná-lo para um melhor funcionamento da Casa.

TP – O Código de Ética da Assembléia será um instrumento adequado para servir de balizador do comportamento parlamentar?

JN – É para ter uma referência de conduta. Para que as pessoas saibam que aquilo é que rege, na realidade, o comportamento e as questões que podem ocasionar traumas. Então, o Código de Ética é para isso. Ele, às vezes, até insiste em determinadas questões que já são de domínio público, ou que contam com legislação própria. Mas é importante que o código insista nisso novamente para que as pessoas fiquem sempre alerta e que as pessoas de fora vejam que estamos de olhos abertos para que eventuais problemas não maculem a imagem do Poder Legislativo. Isso é um ponto fundamental para nós deputados.

TP – No início da administração Jarbas, em função das dívidas que o governador herdou, foi preciso fazer uma ampla negociação para a redução do duodécimo. Como é que está essa discussão para o duodécimo de 2002?

JN – Não está tendo nenhum problema, não. Eu sou secretário na Casa, se houvesse algum problema, quem primeiro seria se sensibilizado seria eu, que lida com a aplicação do dinheiro da Assembléia. Eu não tenho do que me queixar, o Estado tem transferido o dinheiro no prazo certo e o duodécimo da Assembléia está garantido pelo que estabelece a lei. Não vejo nenhum problema em relação a isso.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Acompanhe o trabalho das 12 comissões temáticas

A partir desta edição, o ***Tribuna Parlamentar*** *vai destacar, a cada mês, as atividades de duas Comissões Temáticas Permanentes. Abaixo, confira a composição dos colegiados e acompanhe o trabalho de cada parlamentar. Na página ao lado, leia sobre as ações das Comissões de Finanças, Orçamento e Tributação e de Saúde.*

1ª – Constituição, Legislação e Justiça
José Marcos (PFL) – presidente, Carlos Lapa (PSB) – vice, Augusto César (PSDB), Bruno Araújo (PSDB), Hélio Urquisa (PMDB), Henrique Queiroz (PPB), Lula Cabral (PFL), Sebastião Rufino (PFL) e Sérgio Pinho Alves (PSDB).

2ª – Finanças,Orçamento e Tributação
Geraldo Coelho (PFL) – presidente, Ranilson Ramos (PPS) – vice, Antônio Moraes (PSDB), Bruno Rodrigues (PPB), Diniz Cavalcanti (PMDB), Geraldo Melo (PMDB), Paulo Rubem Santiago (PT),Roberto Liberato (PL) e Teresa Duere (PFL).

3ª – Administração Pública
Bruno Araújo (PSDB)- presidente, Ranilson Ramos (PPS) – vice, Beto Gadelha (PSL), Geraldo Barbosa (PFL) e Marcantônio Dourado.

4ª – Negócios Municipais
Ulisses Tenório (PSDB) – presidente, Augustinho Rufino (PSDC) – vice, Antônio de Padúa (PMDB), Carlos Lapa (PSB) e Sebastião Rufino (PFL).

5ª – Educação e Cultura
Gilberto Marques Paulo (PFL) – presidente, Geraldo Melo (PMDB), vice, Malba Lucena (PPB), Maviael Cavalcante (PFL) e Paulo Rubem (PT).

6ª – Defesa do Meio Ambiente
Bruno Rodrigues (PPB)- presidente, Guilherme Uchôa (PDT)- vice, Antônio Moraes (PSDB), José Queiroz (PDT)e Teresa Duere (PFL).

7ª – Agricultura e Política Rural
Diniz Cavalcanti (PMDB) – presidente, Elias Lira (PFL) – vice,Henrique Queiroz, Maviael Cavalcanti (PFL) e Nelson Pereira (PT).

8ª – Comissão de Saúde
Garibaldi Gurgel (PMDB) – presidente, Ulisses Tenório (PSDB) – vice, Israel Guerra (PSDB), João de Deus (PL) e José Marcos (PFL).

9ª – Ciências, Tecnologia e Informática
Sérgio Leite (PT) – presidente, Augusto Coutinho (PFL) – vice, Beto Gadelha (PSL), João Braga (PV) e Sérgio Pinho Alves (PSDB).

10ª – Defesa da Cidadania
João Braga(PV) – presidente, Sérgio Leite (PT) – vice, Fernando Lupa (PSDB), João de Deus(PL) e Hélio Urquisa (PMDB).

11ª – Desenvolvimento Econômico
Lula Cabral (PFL) – presidente, Pedro Eurico (PSDB) – vice, Augusto Coutinho, José Queiroz (PDT) e Roberto Liberato (PL).

12ª – Redação de Leis.
Augusto César (PSDB) – presidente, Geraldo Barbosa – vice e José Augusto Farias (PSB).



Comissão de Justiça faz análise inicial de todos os projetos da AL

Servidores têm novo horário de trabalho

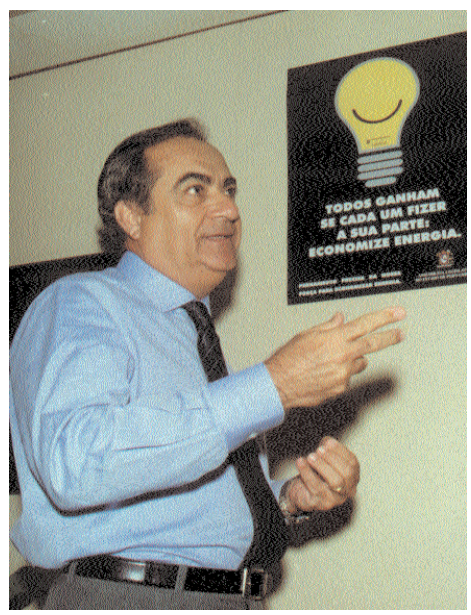
Antes de tomar a medida de redução do horário administrativo para economizar energia elétrica, a Mesa Diretora fez uma consulta pioneira aos funcionários da Casa. Através de pesquisa, chegou ao resultado de mais de 70% de aprovação para o funcionamento das 8h às 14h. "Nossa preocupação era obter o sentimento da maioria dos servidores da Casa e ouvir suas sugestões", assinalou o primeiro- secretário, deputado João Negromonte (PMDB).

"Todos temos que dar a nossa cota de participação, mas as reclamações dos funcionários são muitas, principalmente em relação ao estacionamento, que não foi programado para um fluxo de veículos só pela manhã", diz o diretor do Sisalepe, Lupércio de Freitas."Todos nós precisamos nos sacrificar um pouco para economizar energia", completa o assessor parlamentar Jeová Cabral.

CONTROLE

Poder Legislativo define ajustes para enfrentar racionamento

Sintonizada com o esforço de toda a sociedade para racionar energia elétrica, a Assembléia Legislativa está adequando-se às medidas propostas pelo Governo Federal e, nos primeiros dias do mês de junho, conseguiu alcançar a meta de racionamento de 25%. A preocupação agora é com a decisão da Câmara de Gestão de Energia, que determinou, a partir de julho, a redução de 35% de energia nos prédios públicos.



Luiz Carlos Matos, diretor-geral da AL

Diante disso, a diretoria da Casa já está questionando o percentual junto à Celpe, ciente de que, após o recesso parlamentar, será difícil cumprir a meta imposta pelo Governo. Na hipótese de o cálculo não ser revisto, iniciativas drásticas terão que ser tomadas pela administração da AL visando ao racionamento de 35% de energia. Atualmente, várias medidas já foram adotadas, a exemplo da redução do expediente para o horário das 8 às 14 horas e a alteração das sessões Plenárias são agora realizadas pela manhã. Toda a rotina da Assembléia foi alterada para atingir a meta. As sessões solenes foram reduzidas e só acontecerão a partir das 16h, para gastar menos energia elétrica.

Os prédios anexos fecham para o público às 14h e, a partir das 15h, é feito o corte de energia, excetuando-se os serviços para manutenção da rede de informática. Dos três elevadores do prédio-sede, apenas um está funcionando.

Grupo controla os gastos de energia

Para gerir a economia de energia, a diretoria-geral criou uma comissão formada por diretores da AL. Além disso, para cada um dos prédios da Casa foi escolhido um responsável pela economia. Foi criada uma campanha publicitária para atrair o apoio dos servidores.

"Estabelecemos um plano de trabalho, identificando os valores gastos de maio a julho do ano passado, para estabelecermos as nossas metas", explica o diretor-geral, Luiz Carlos Matos.

A comissão tem se reunido periodicamente e uma equipe de funcionários treinados está fazendo diariamente a leitura dos medidores de energia. Nos primeiros 11 dias de implantação da norma, seis dos sete contadores tiveram números satisfatórios.

Outras medidas adotadas foram a redução de luminárias nos corredores e a suspensão da iluminação noturna do prédio-sede da Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Deputados aperfeiçoam as leis orçamentárias

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia Legislativa é encarregada de analisar todas as questões econômicas e financeiras que envolvem o Governo de Pernambuco. Desde 15 de maio passado, ela está envolvida na apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2002, a legislação que vai balizar e disciplinar a aplicação dos recursos do Orçamento do Estado no próximo ano. O prazo para definir essas diretrizes foi até o fim de junho, antes do recesso legislativo.

Neste ano, segundo o presidente da Comissão de Finanças, deputado Geraldo Coelho (PFL), a LDO recebeu 19 emendas parlamentares, relatadas por integrantes do colegiado, das quais três foram rejeitadas, 13 aprovadas e outras três aprovadas com alterações. As diretrizes e estratégias sugeridas, de acordo com o relatório de Coelho, objetivaram direcionar o foco e o gerenciamento da ação governamental para a expansão dos serviços básicos, melhoria da qualidade do transporte público e trânsito urbano e criação de projetos de infra-estrutura em áreas de baixa renda.

Deputados debatem e aperfeiçoam as leis orçamentárias com as definições de todos investimentos estaduais

Nas emendas da Comissão de Finanças à LDO foi aprovada a programação orçamentária para 2002 dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, semelhante à do ano passado, e também o acesso da Assembléia, Tribunal de Contas do Estado, Poder Judiciário e Ministério Público ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), de modo a possibilitar a transparência ao orçamento estadual e permitir o seu controle e fiscalização.

Coelho também ressaltou que a emenda nº 10 vai permitir uma atuação mais eficiente e objetiva dos deputados no atendimento das demandas sociais. A emenda cria uma dotação orçamentária anual de R$ 300 mil por deputado, o que possibilita a execução das emendas parlamentares aprovadas e incluídas no Plurianual(PPA) para o período 2000/2003, totalizando R$ 14,3 milhões.

O Governo do Estado também enviará neste segundo semestre a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2002, que será analisada pelos deputados. Como é de praxe, esse projeto do Executivo recebe centenas de emendas. Os parlamentares da Comissão de Finanças também são responsáveis pelo aperfeiçoamento do PPA.



Comissão de Finanças está atenta às leis que definem o orçamento

COMISSÃO DE SAÚDE



Comissão de Saúde atua para melhorar situação dos doentes renais

Parlamentares sugerem regras para hemodiálise

A Assembléia Legislativa jamais abrigou uma máquina de hemodiálise, mas, desde 1996, esse processo terapêutico que depura o sangue do paciente renal crônico passou a ser objeto de preocupação dos deputados, quando ocorreram mortes de doentes numa clínica especializada, o IDR de Caruaru. A investigação do acidente teve a participação decisiva da AL, que formou a CPI da Hemodiálise, presidida pelo deputado Romário Dias (PFL), apontando os responsáveis pelo acidente. Em março passado, caso semelhante – a contaminação por bactérias da água usada no tratamento–, com morte, no Real Hospital Português do Recife, mobilizou outra vez a AL.

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Garibaldi Gurgel (PMDB) coordenou o processo investigativo, com apoio da associação de pacientes renais crônicos (Asparpe),da UFPE e do Conselho Regional de Medicina, para apontar medidas a serem tomadas pela Secretaria de Saúde do Estado no trato da questão. Na segunda quinzena de junho, Gurgel entregou o relatório da Casa às autoridades estaduais. O documento pede que seja exigido de hospitais e clínicas o tratamento da água usada nas sessões de diálise, o controle das soluções para a desinfecção de máquinas e licitação para compra de medicamentos de alta complexidade.

Além de sugerir medidas para a hemodiálise, a Comissão Saúde prepara diagnóstico do setor visitando as Dires

O relatório da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa exige também que sejam aplicadas multas a hospitais e clínicas que descumprirem a portaria 82/2000, do Ministério da Saúde, que regulamenta os serviços de diálise, propõe a formação de uma comissão fiscalizadora, com participação da Asparpe, para inspecionar essas unidades médicas a cada três meses, indica a criação de UTIs exclusivas para pacientes renais recém-transplantados e capacitação profissional para funcionários da área, pelo menos uma vez por ano.

Gurgel afirma que a AL se compromete a discutir um projeto de lei que concede gratuidade nos transportes coletivos aos pacientes renais crônicos e transplantados. Vai sugerir à UFPE a implantação de quatro disciplinas no curso de Ciências Biomédicas para habilitar profissionais a trabalhar no controle da qualidade da água utilizada na hemodiálise, além de editar uma cartilha informativa para os pacientes. Pretende ainda criar um serviço telefônico 0800 para receber eventuais denúncias.

Pelo projeto de lei, originado na Comissão de Saúde, os pacientes renais crônicos e transplantados terão acesso gratuito ao transporte coletivo em Pernambuco. Para tanto, eles portarão uma carteira de identificação própria expedida pela Secretaria de Saúde.

CAPACITAÇÃO

Escola do Legislativo qualifica servidor

Criada em 1999 com o objetivo de tornar mais eficiente e qualificado o serviço público do Estado, a Escola do Legislativo Professor José Joaquim de Almeida já colhe os frutos de seus trabalhos. Apesar de só ter iniciado este ano os cursos de capacitação permanente, principal foco do órgão, a instituição já possui uma lista com mais de 30 pessoas à espera de uma vaga, o que mostra o sucesso que a Escola obteve junto ao funcionalismo.

Após a fase de parcerias e pesquisas para avaliação das necessidades dos parlamentares e funcionários, a Escola implantou o processo para a melhoria dos serviços oferecidos pelo Poder Legislativo, que depois pode ser ampliado aos outros Poderes. Oferecendo cursos de técnicas legislativas, de qualidade e de informática, a instituição busca suprir as necessidades dos funcionários e garantir a base para a implantação do conceito de Qualidade Total, princípio para certificação ISO 9000, em parceira com a Universidade de Pernambuco (UPE).

Os professores são funcionários da AL e o pré-requisito para participar dos módulos é estar trabalhando na Casa. "A nossa política é sempre beneficiar o nosso pessoal", afirma o diretor da Escola do Legislativo, Fabrício Alcoforado.



Marques Paulo (c) e Alcoforado entregam certificados à primeira concluinte

Neste segundo semestre, a Escola começa a implantar um outro plano. Até então tendo o funcionalismo como alvo, a instituição inicia a fase de capacitação para os parlamentares, com o objetivo de ampliar a qualidade e eficiência do Poder Legislativo. Contando com a parceria do *Carl Vinson Institute of Government*, da Geórgia, a instituição promoverá cursos de técnicas legislativas, com a pretensão de tornar os parlamentares mais entrosados com as normas e as definições contidas no regimento Interno da Casa.

A nova fase tem mês definido. Será em setembro, quando um dos diretores do *Carl Vinson Institute*, virá ao Brasil e vai fazer uma palestra para os deputados estaduais pernambucanos. Após esse evento, será conhecida a experiência americana e a partir desse modelo, o plano de ação da Escola do Legislativo será posto em prática. "A nossa intenção é transformar a Assembléia de Pernambuco num modelo de gestão", destaca Alcoforado.

Instituição foi idealizada por Marques Paulo

A idéia de fundar uma instituição que pudesse mudar o sistema dos serviços públicos surgiu do presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Gilberto Marques Paulo (PFL). Depois de uma visita aos Estados Unidos, junto aos deputados Teresa Duere (PFL), Sebastião Rufino (PFL), Carlos Lapa (PSB) e Geraldo Melo (PMDB), Marques Paulo conheceu a estrutura, os serviços e os ideais do *Carl Vinson Institute of Government,* um modelo de escola de governo reconhecido internacionalmente. "A criação da Escola do Legislativo professor José Joaquim de Almeida já me realiza como parlamentar. Pelo menos sinto que fiz algo importante, que pode contribuir para o Estado", lembra Marques Paulo.

HISTÓRIA

Divisão de Arquivo conserva patrimônio de leis e cultura de PE

Discussões acaloradas em Plenário, visitas e homenagens, documentos, projetos de lei e emendas constitucionais que circulam pela Casa e que, principalmente, são os testemunhos da atuação dos deputados e dos agentes sociais. Estes são os elementos que compõem a matéria-prima da Divisão de Arquivo da Assembléia Legislativa, prova viva das mudanças ocorridas no Estado ao longo dos séculos.

Compete ao Arquivo catalogar todo o material que já passou pela AL e pela própria sociedade pernambucana, desde o termo de assentamento da pedra fundamental do Palácio Joaquim Nabuco até os primeiros CD-Rom's encartados nos jornais locais, passando pelo contrato de compra do Palácio dos Campos das Princesas e pela Lei de Construção do Teatro Santa Isabel.

Além da massa documental, a Divisão de Arquivo responde pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da AL. São quadros do século XVIII, lustres, medalhas, pratas, fotos e fitas de vídeo com as evoluções da Casa, todos entregues ao cuidado meticuloso de 32 profissionais. Com tantos objetos de valor, o xodó da Divisão é uma "folha de papel", como revela a chefe do Arquivo, Cynthia Barreto. Trata-se de um protocolo assinado pelo Barão de Monserreat no século XIX muito bem avaliado , no qual ele orienta e sugere procedimentos à província de Pernambuco, por ordem de Dom Pedro.



Chynthia Barreto dirige Arquivo, que abriga o patrimônio cultural da AL

Da época da escravidão, muitos documentos surpreendentes, como o que expressa um aborto da Princesa Isabel. Outros corajosos, como o relato do escravo Dionísio que, ao ser espancado em praça pública, entrou com uma ação na justiça contra o seu senhor.

MÉRITO – "Nossa equipe trata os objetos como quem pega em um bebê", orgulha-se Chynthia, ao destacar o profissionalismo do grupo. Prova de que eles se empenham foi dada com a pesquisa que embasou o projeto Parlamentares do Século XX. Em apenas 15 dias, eles dissecaram todo o material arquivado de seis dos 22 biografados, entregando em tempo recorde o fruto da pesquisa aos jornalistas responsáveis pelo trabalho.